

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
Seção do Estado de Mato Grosso

EXAME DE ORDEM - 01/2003

1ª. FASE

01 - ÉTICA e MORAL:

I - A moral representa um conjunto de atos, repetidos, tradicionais, consagrados.

II - A ética corporifica um conjunto de atitudes que vão além da moral.

II - O regramento ético do advogado fica limitado ao contido no Código de Ética e Disciplina da OAB.

Assinale a melhor solução:

a) há mais de dois enunciados corretos.

b) há somente um enunciado correto.

c) os três enunciados são incorretos.

d) há somente dois enunciados corretos.

NAS QUESTÕES 02 A 05, ANALISE AS ASSERTIVAS E ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA

02.

I - O advogado, vinculado ao constituinte mediante relação empregatícia, não está eticamente obrigado a promover a conciliação das partes.

II - É defeso ao advogado funcionar no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador ou cliente.

II - Pela jurisprudência predominante do TST, no processo trabalhista nada obsta que o advogado funcione no mesmo processo, simultaneamente, como patrono e preposto do empregador.

Assinale a melhor solução:

a) há mais de dois enunciados corretos.

b) há somente um enunciado correto.

c) os três enunciados são incorretos.

d) há somente dois enunciados corretos.

03.

I - A única possibilidade de quebra do sigilo profissional da advocacia ocorre quando houver grave ameaça ao direito à vida e à honra, e somente se em processo de competência originária do Supremo Tribunal Federal.

II - O fundamento para imposição do sigilo profissional ao advogado decorre da ordem pública que lhe assegura a inviolabilidade no exercício da profissão.

III - A falta de correção no linguajar jurídico, em que pese não caracterizar infração ética, implica em ofensa à dignidade da justiça.

IV - A incidência em erros reiterados que evidenciem inépcia profissional do advogado poderá determinar a sua suspensão dos quadros da OAB até que

preste novas provas de habilitação em Exame de Ordem.

- a) corretos os quatro enunciados.
- b) incorretos os quatro enunciados.
- c) apenas dois enunciados estão corretos.
- d) estão corretos os enunciados I, II e III.

04.

I - O advogado, tendo se submetido ao Exame de Ordem e obtido sua inscrição definitiva em sua Seccional, estará apto e autorizado a patrocinar causas judiciais no território de qualquer Seccional, desde que em cada uma delas promova inscrição suplementar, após determinado limite anual.

II - Incorre em infração ética, o advogado que fornece cópias de petições a seu constituinte, relativamente a processo que tramita em segredo de justiça.

III - O substabelecimento do mandato a outro profissional, sem reservas de poderes, faz com que o novo advogado suponha não existir qualquer tipo de impedimento para a assunção do patrocínio.

- a) estão incorretos os enunciados I e II
- b) estão corretos os enunciados I e III
- c) estão corretos todos os enunciados
- d) somente estão incorretos os enunciados II e III

05.

Tendo ocorrido desentendimento entre o advogado e seu cliente, este, sem ter procedido ao acerto de honorários, solicitou que aquele desistisse do mandato, sem reservas, e lavrasse o substabelecimento sem declinar o nome do novo profissional para a causa. À luz da ética, este advogado deverá:

- a) não outorgar o substabelecimento em branco, mas renunciar ao mandato, reservando-se o direito de cobrança dos honorários;
- b) outorgar o substabelecimento, ainda que em branco, e comunicar ao juízo da causa, reservando-se o direito de cobrança dos honorários;
- c) não outorgar o substabelecimento em branco até que os honorários sejam adimplidos;
- d) outorgar o substabelecimento, ainda que em branco, e levar a efeito a competente reserva de poderes para fazer jus aos honorários.

Direito Constitucional

06. A concepção jurídica do Estado liberal diferencia-se da concepção do Estado social, na medida em que o modelo liberal propõe:

- (A) um Estado de direito, com ênfase na proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais, enquanto o modelo do Estado social propõe um Estado totalitário, com ênfase na proteção dos direitos civis e políticos.
- (B) o princípio da separação das funções do poder, com ênfase na proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais, enquanto o modelo do Estado social propõe a concentração do poder do Estado em um único órgão, com ênfase na proteção dos direitos civis e políticos.
- (C) um Estado mínimo, com ênfase na proteção dos direitos civis e políticos,

enquanto o modelo do Estado social propõe um Estado intervencionista, com ênfase na proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais.

(D) um Estado federal, politicamente descentralizado, com ênfase na proteção dos direitos civis e políticos, enquanto o modelo do Estado social propõe um Estado unitário, politicamente centralizado, com ênfase na proteção dos direitos sociais, econômicos e culturais.

07. Numere a segunda coluna de acordo com a primeira e assinale a letra correspondente ao número formado:

1 - A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Município e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:	()	o pluralismo político;
	()	promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
	()	construir uma sociedade livre, justa e solidária;
	()	a cidadania;
	()	a soberania;
2 - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:	()	erradicar a pobreza e a marginalidade e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
	()	a dignidade da pessoa humana

- a) 1221121
- b) 2211111
- c) 1112221
- d) 1211221

08. ASSINALE A ASSERTIVA CORRETA

a) A Constituição de 1988 consagra um regime de democracia representativa absolutamente incompatível com qualquer forma de democracia direta ou "de identidade".

b) A Constituição de 1988 não impede que o legislador ordinário crie um tipo de "recall " para cassar o mandato do representante infiel às teses programáticas assumidas durante o processo eleitoral.

c) A filiação partidária não constitui condição de elegibilidade no sistema constitucional brasileiro.

d) A fim de proteger a probidade administrativa e a moralidade para o exercício do mandato, lei complementar poderá estabelecer outras hipóteses de inelegibilidade, além daquelas já previstas na Constituição Federal.

09. Estabelece a Constituição Federal que "*no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais*" e, "*inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência plena, para atender as suas peculiaridades*". A superveniência de lei federal sobre normas gerais de caráter orçamentário

a) revoga a lei estadual da mesma natureza, apenas no que lhe for contrário.

b) revoga a lei estadual da mesma natureza, apenas na parte suplementar.

c) não revoga a lei estadual, pois a lei federal será aplicável apenas aos órgãos federais.

d) suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

10. Além dos princípios estabelecidos expressamente, a ordem constitucional econômica prevê, ainda,

a) a regulação da remessa de lucros do capital estrangeiro, mediante lei

b) os reinvestimentos do capital estrangeiro

c) a limitação dos investimentos de capital estrangeiro

d) a aplicação regional do capital estrangeiro

11. Como decorrência do princípio da independência e harmonia dos Poderes:

I) o Poder Executivo não participa do processo legislativo;

II) ao Poder Judiciário é vedada a prática de atos administrativos;

III) cada um dos Poderes pode organizar livremente seus serviços, observando apenas os preceitos constitucionais e legais.

Pode-se dizer que:

a) apenas a afirmativa I é correta.

b) apenas a afirmativa II é correta.

c) apenas a afirmativa III é correta.

d) há mais de uma afirmativa correta.

12. Na proteção do meio ambiente, a Constituição Federal:

I) condiciona a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente a estudo prévio de impacto ambiental;

II) veda a exploração, pelos particulares, dos recursos minerais;

III) dá ao meio ambiente a natureza de bem de uso comum do povo.

Pode-se dizer que

- a) apenas as afirmativas I e II são corretas.
- b) apenas as afirmativas I e III são corretas.
- c) apenas as afirmativas II e III são corretas.
- d) apenas uma ou todas as afirmativas são corretas.

13. Tício trabalha há 25 anos na iniciativa privada. Antes, trabalhou por doze anos como servidor público, na Prefeitura de sua cidade. Pretendendo se aposentar pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, Tício protocolizou requerimento solicitando à Prefeitura o fornecimento de certidão de tempo de serviço dos doze anos trabalhados, pois os registros encontram-se em poder da Prefeitura. Para surpresa Tício, a Prefeitura negou o pedido.

Pode, Tício, neste caso, recorrer ao Poder Judiciário através de:

- a) mandado de injunção.
- b) habeas data.
- c) mandado de segurança.
- d) ação civil pública.

14. Assinale a afirmativa correta.

- a) Os estrangeiros podem alistar-se como eleitores, desde que residentes no País há mais de dez anos.
- b) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios também para os analfabetos.
- c) É condição de elegibilidade para Governador do Estado, a idade mínima de 21 anos.
- d) Todo eleitor é cidadão, embora nem sempre possa exercer todos os direitos políticos.

15. Efeito vinculante e eficácia contra todos decorrem das decisões definitivas de mérito do STF:

- a) nas ações diretas de inconstitucionalidade
- b) nas causas referentes a tratado ou lei federal
- c) nas ações declaratórias de constitucionalidade
- d) na argüição de descumprimento de lei fundamental

Direito Civil - 1916

16. Código Civil de 1916:

"Art. 485. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício pleno ou não de algum dos poderes inerentes ao domínio ou propriedade".

O Código Civil adotou teoria de quem? Como se define?

- a) De Ihering, com sua teoria objetiva. A posse é conduta de dono. É, então, a

exteriorização da propriedade, a visibilidade do domínio, o uso econômico da coisa.

b) De Ihering, com sua teoria subjetiva. A posse caracteriza-se pela conjugação de dois elementos: o corpus e o animus.

c) De Savigny, com sua teoria objetiva. A posse consiste na detenção física da coisa.

d) De Savigny, com sua teoria subjetiva. A posse consiste na intenção de exercer sobre a coisa um poder no interesse próprio.

17. Com base no Código Civil de 1916, o direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança? Por quê?

a) Não. Porque se trata de obrigação personalíssima.

b) Sim. Respondendo os herdeiros, no entanto, desde que a indenização fixada, mesmo se situando fora das forças da herança, seja proveniente de reparação decorrente de homicídio.

c) Sim. Respondendo os herdeiros pela indenização total, em qualquer situação e sem limite.

d) Sim. Porque a obrigação, não sendo personalíssima, opera entre os seus herdeiros que, no entanto, não respondem por encargos superiores às forças de herança.

18. À luz do Código Civil de 1916, analise as proposições abaixo, sobre as espécies de extinção das obrigações:

I - Sendo nula qualquer das cláusulas da transação, nula será esta, salvo quando a transação versar sobre diversos direitos contestados e não prevalecer em relação a um, caso em que fica válida relativamente aos outros.

II - Se o devedor já satisfizer parte da dívida, pode exigir do credor a compensação da parte já satisfeita, do total devido, salvo quando credor e devedor por mútuo acordo a excluírem.

III - Considera-se dação em pagamento quando o credor consente em receber coisa que não seja dinheiro, em substituição da prestação que lhe era devida.

IV - A novação, por substituição do devedor, não pode ser efetuada sem o consentimento deste.

Responda:

a) - Todas as proposições estão corretas.

b) - Somente a proposição III está correta.

c) - Somente a proposição IV está correta.

d) - As proposições I e III estão corretas.

19. Aponte a opção falsa.

a) - O juiz só pode conhecer, ex officio, a decadência *ex vi voluntatis*.

b) - A decadência *ex vi legis*, por ser de ordem pública, é irrenunciável.

c) - São imprescritíveis as ações que versam sobre os direitos da personalidade.

d) - A prescrição pode ser alegada em qualquer instância ou fase do processo,

pela parte a quem aproveita.

20. Observadas as normas do Código Civil de 1916, aquele que, em virtude de sua situação de dependência econômica ou de vínculo de subordinação em relação a uma outra pessoa, exerce sobre o bem, não uma posse própria, mas a posse desta última e em nome desta, em obediência a uma ordem ou instrução, é considerado

- a) possuidor indireto
- b) compossuidor pro diviso
- c) compossuidor pro indiviso
- d) fâmulo da posse

21. A relação obrigacional que contém duas ou mais prestações de dar, de fazer ou de não fazer, decorrentes da mesma causa ou do mesmo título, que deverão realizar-se totalmente, de modo que o inadimplemento de uma envolve o seu descumprimento total, visto que o credor não está obrigado a receber uma sem a outra, denomina-se obrigação

- a) alternativa ou disjuntiva
- b) facultativa
- c) com faculdade alternativa
- d) cumulativa ou conjuntiva

22. Assinale a opção falsa.

- a) O efeito primordial da cláusula penal é o de inexigibilidade pelo iure, pois dependerá de alegação de prejuízo por parte do credor que deverá provar que já foi lesado pela inexecução culposa da obrigação ou pela mora.
- b) A cláusula penal pode referir-se à mora, caso em que ao credor assistirá o direito de demandar cumulativamente a pena convencional e a prestação principal.
- c) A cláusula penal possui o caráter específico da condicionalidade, pois o dever de pagá-la está subordinado a um evento futuro e incerto: o inadimplemento total ou parcial da prestação principal ou o cumprimento tardio da obrigação, por força imputável ao devedor.
- d) A cláusula penal é um pacto acessório, pelo qual os contratantes estipulam, de antemão, pena pecuniária ou não, contra a parte infringente da obrigação, como consequência de sua inexecução culposa ou de seu retardamento, fixando, assim, o valor das perdas e danos, e garantindo o exato cumprimento da obrigação principal.

23. O seguro de vida em que o segurado só paga o prêmio avençado durante certo número de anos, ficando depois remido é o

- a) seguro de vida inteira
- b) seguro de capital deferido
- c) seguro de ramos elementares
- d) seguro de vida inteira com prêmios temporários

24. A doação feita em comum a mais de uma pessoa, sendo distribuída por igual entre os diversos donatários, salvo se o contrato estipulou o contrário, designa-se doação
- a) a termo
 - b) inoficiosa
 - c) com cláusula de reversão
 - d) conjuntiva

Direito Processual Civil

25. No direito processual civil, a doutrina e a jurisprudência firmaram como pressupostos processuais

- (A) o interesse processual, a prescrição e o compromisso arbitral.
- (B) a prescrição, a citação válida e a imparcialidade do juiz.
- (C) a possibilidade jurídica do pedido, a preclusão e a legitimidade das partes.
- (D) a petição inicial apta, a capacidade processual do autor e a competência do juízo.

26. "A", pretendendo anular contrato de compra a venda de imóvel, sob o fundamento de erro substancial na celebração do negócio, promoveu ação declaratória de inexistência do contrato. A sentença extinguiu o processo sem julgamento do mérito por ser inadequada a ação proposta. A sentença foi correta porque no caso caberia ação

- (A) condenatória.
- (B) declaratória positiva.
- (C) constitutiva positiva.
- (D) constitutiva negativa.

27. O morador da casa 33 da Av. Cuiabana, na cidade Cuiabá (MT), promove ação declaratória de inexistência de obrigação de pagar o IPTU progressivo por ser inconstitucional a lei municipal que o criou. O Município já foi citado, tendo apresentado contestação. O seu vizinho requer o ingresso no feito como assistente do autor.

- a) O juiz nega a intervenção por falta de interesse jurídico do vizinho na vitória do assistido.
- b) O juiz admite o vizinho como assistente litisconsorcial se a Municipalidade concordar com o pedido.
- c) O juiz admite o vizinho a título de assistente litisconsorcial, mesmo que a Municipalidade discorde do pedido.
- d) O juiz admite o vizinho a título de assistente simples, mesmo que a Municipalidade discorde do pedido.

28. Intervenção de terceiros:

Numere a segunda coluna de acordo com a primeira e assinale a letra correspondente ao número formado na vertical, de cima para baixo.

1) Assistência	()	Instituto também conhecido como “ <i>Chamamento à Garantia</i> ”.
2) Oposição	()	Utiliza-se para citação de outros co-obrigados
3) Nomeação à autoria	()	Sendo “A”, inquilino, acionado pela Prefeitura para demolir parte do prédio objeto da locação, pode lançar mão do instituto.
4) Denúnciação da lide	()	“A” move ação de cobrança contra “B”; “C” ingressa na ação alegando que o crédito é seu e não de “A”.
5) Chamamento ao processo	()	A medida pode ser requerida pelo autor ou pelo réu.

- a) 45324
- b) 51324
- c) 54243
- d) 35244

29. A confissão e o reconhecimento do pedido são dois institutos que se

- a) confundem e não vinculam o juiz que é livre para decidir sobre o fato, desde que exponha os motivos com clareza e precisão;
- b) diferenciam entre si, sendo a confissão ato exclusivo do autor e enquanto o reconhecimento do pedido só pode partir do réu, autorizando sempre o encerramento do feito;
- c) diferenciam entre si, podendo a confissão constituir tanto ato do réu quanto ato do autor, enquanto o reconhecimento do pedido só pode partir do réu, autorizando sempre o encerramento do feito;
- d) confundem e vinculam o juiz, que não é livre para decidir o fato, desde que exponha os motivos com clareza e precisão.

30. O autor alega um fato como sendo constitutivo de seu direito e o réu, expressamente, o admite como verdadeiro, mas opõe outro fato, impeditivo do direito do autor que, por sua vez, em réplica, afirma que esse fato não existe. Concitados a especificar as provas, as partes nada requerem no âmbito da

audiência de conciliação.

- a) O juiz profere sentença de improcedência porquanto o autor deixou de indicar os meios para provar a inexistência do fato impeditivo de seu direito.
- b) O juiz julga o autor carecedor da ação por falta de interesse processual.
- c) O juiz determina ao autor que indique os meios de prova para demonstrar a inexistência do fato impeditivo de seu direito sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito.
- d) O juiz profere sentença de procedência, porquanto o réu deixou de indicar os meios para provar a existência do fato impeditivo do direito do autor.

31. Sabendo-se que o direito subjetivo se decompõe em três elementos fundamentais - sujeito, objeto e relação jurídica - podemos afirmar:

I - Sujeito é o titular do direito, aquele a quem a ordem jurídica assegura a faculdade de agir; sendo o direito um poder de vontade, não se pode admitir a sua existência com abstração do sujeito.

II - Objeto de direito subjetivo é o bem jurídico sobre o qual o sujeito exerce o poder assegurado pela ordem legal; tanto quanto o sujeito, o objeto é indispensável à noção de direito.

III - A relação jurídica traduz o poder de realização do direito subjetivo e contém a sua essência; é o vínculo que impõe a submissão do objeto ao sujeito.

IV - Correlata à idéia do direito subjetivo define-se ainda a do dever jurídico; a concepção do poder jurídico não está completa sem a correspondência de um dever.

Responda:

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Somente a assertiva I está incorreta.
- c) Somente a assertiva IV está correta.
- d) As assertivas I e II estão incorretas e as assertivas III e IV estão corretas.

32. “A” , citado por edital, não contesta a ação contra ele proposta na Comarca de Campos Novos dos Parecis. Com base no inciso II do art. 330 do CPC (que diz: “O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença: II - quando ocorrer a revelia (art. 319)”), o autor da ação pede o julgamento antecipado da lide. Neste caso, o juiz,

- a) - reputando como verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, julga os pedidos procedentes;
- b) - dará ao réu curador especial para que este conteste a ação, não se aplicando ao curador o ônus da impugnação especificada dos fatos narrados na petição inicial;
- c) - dará ao réu curador especial, porém este receberá o processo no estado em que se encontra, estando preclusa a fase de contestação;
- d) - saneará o processo e designará audiência de instrução e julgamento.

Direito Penal

33. RELATIVAMENTE À DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E AO ARREPENDIMENTO EFICAZ:

- a) - para os efeitos legais, considera-se arrependimento eficaz qualquer causa externa que impeça o agente de levar adiante a execução do crime;
- b) - na desistência voluntária, o agente desiste voluntariamente do crime, embora tenha iniciado a sua execução;
- c) - ocorre a desistência voluntária, quando o agente que iniciou a execução percebe a impossibilidade de êxito na empreitada criminosa e desiste naturalmente de seu intento;
- d) - juridicamente, admite-se a desistência voluntária nos casos de tentativa punível se a vítima consegue se desvencilhar da situação.

34. Sobre a exceção da verdade, é correto afirmar:

- a) A injúria é o único crime que em hipótese alguma admite a exceção da verdade. Na calúnia, sua admissão é regra, na difamação, exceção.
- b) A difamação é o único crime que em hipótese alguma admite a exceção da verdade. Na calúnia, sua admissão é regra, na injúria real, exceção.
- c) A calúnia é o único crime que em hipótese alguma admite a exceção da verdade. Na difamação, sua admissão é regra, na injúria, exceção.
- d) A Calúnia, a difamação e a injúria são crimes que admitem a exceção da verdade.

35. O crime de apropriação indébita se consuma quando o agente:

- a) não restitui a coisa ao proprietário
- b) aplica a coisa em proveito próprio
- c) empresta a terceiro a coisa de que tem a posse
- d) evidencia vontade de tê-la para si

36. "A pena aumenta-se de um terço, se o crime é praticado durante o repouso noturno" (CP. art. 155, § 1^o). A hipótese configura:

- a) qualificadora
- b) causa especial de aumento de pena
- c) agravante
- d) agravante específico

37. Sujeito ativo do crime de desobediência (CP. art. 330) é:

- a) funcionário público
- b) particular
- c) funcionário público e particular
- d) funcionário público ou particular

38. Na culpa consciente, o agente tem:

- a) vontade de cometer o crime
- b) previsão do resultado
- c) previsibilidade do resultado
- d) indiferença quanto ao resultado

Direito Processual Penal

39. Em relação ao habeas corpus, analise os itens que se seguem.

I - poderá ser concedido para obrigar um delegado de polícia a ouvir uma testemunha indicada pelo advogado do indiciado.

II - concedida a ordem para anular a irregular citação do réu, todo o processo, a partir daquele ato, será renovado.

III - se a coação foi imputada a delegado de Polícia Federal será competente para apreciar o habeas corpus o Tribunal Regional Federal.

IV - poderá o Juiz ou o Tribunal, de ofício, conceder a ordem de habeas corpus.

V - poderá o Tribunal conceder liminar, se verificar a plausibilidade do direito do paciente e a urgência em atender ao pedido.

- a) - apenas um item está correto;
- b) - dois itens estão corretos;
- c) - três itens estão corretos;
- d) - quatro itens estão corretos.

40. QUAL O RECURSO CABÍVEL CONTRA O DESPACHO QUE RECEBE A DENÚNCIA:

- a) - correção parcial;
- b) - carta testemunhável;
- c) - recurso em sentido estrito;
- d) - nenhuma das opções acima.

41. FONSECA, ADVOGADO DE DEFESA, NÃO É INTIMADO DO ENVIO DA CARTA PRECATÓRIA À INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHAS DE ACUSAÇÃO, QUE NÃO REDUNDOU EM PREJÚZO PARA O RÉU:

- a) - não há qualquer nulidade, porque compete ao advogado, no exercício da profissão, ser diligente e acompanhar os atos processuais, observando se a carta precatória foi expedida e enviada;
- b) - a nulidade é absoluta, pelo simples fato de o Juiz deprecado realizar a audiência sem defensor;
- c) - o advogado também deve ser cientificado da data designada, pelo Juízo deprecado, à inquirição testemunhal;
- d) - o réu, mesmo que preso em outra Unidade da Federação, deve ser requisitado a fazer-se presente ao ato.

42. HABEAS CORPUS A FAVOR DE DEPOSITÁRIO CUJA PRISÃO FOI DECRETADA POR JUIZ DO TRABALHO, EM PROCESSO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA TRABALHISTA, DEVE SER JULGADO PELO:

- a) - Tribunal Regional do Trabalho;
- b) - Tribunal Regional Federal;
- c) - Tribunal Superior do Trabalho;
- d) - Superior Tribunal de Justiça.

43. DEFLUI DO MONOPÓLIO DO EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO:

- a) - a necessidade de fundamentar o órgão do *Parquet* a requisição à abertura da ação penal pública;
- b) - o princípio da indivisibilidade da ação penal;
- c) - a impossibilidade da queixa-subsidiária quando o Ministério Público manifestar-se pelo arquivamento;
- d) - nenhuma das opções.

44. SÃO INSTITUTOS IMANENTES DA AÇÃO PENAL EXCLUSIVAMENTE PRIVADA:

- a) - perdão judicial e preempção;
- b) - renúncia e decadência;
- c) - renúncia e perdão extraprocessual;
- d) - preempção e decadência.

45. ESTANDO PRESO EM FLAGRANTE O INDICIADO PELA PRÁTICA DE CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, O PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL É DE:

- a) - dez dias prorrogáveis por igual prazo;
- b) - dez dias improrrogáveis;
- c) - quinze dias prorrogáveis por igual prazo;
- d) - quinze dias improrrogáveis.

46. Tratando-se de ação penal privada, o direito de queixa deve ser exercido no prazo de, no caso de crime de imprensa, contado da data da publicação; e no prazo de, após o conhecimento do fato, no crime de adultério.

- a) decadencial; 90 dias; prescricional; 1 mês.
- b) prescricional; 90 dias; prescricional; 1 mês.
- c) decadencial; 3 meses; decadencial; 1 mês.
- d) decadencial; 6 meses; decadencial; 6 meses.

Direito do Trabalho

47. Complete as lacunas:

Para quem trabalha na pecuária considera-se trabalho noturno o executado entre as horas de um dia e as horas do dia seguinte, e será acrescido de% sobre a remuneração normal; considera-se noturno, para os efeitos da CLT, o trabalho executado entre as horas de um dia e as horas do dia seguinte, e terá remuneração superior ao trabalho diurno em, pelo menos,%; as horas trabalhadas no período das horas de um dia até as horas do dia seguinte, pelo advogado empregado, são remuneradas como noturnas, acrescidas do adicional de%; e, para quem trabalha na lavoura, considera-se trabalho noturno o executado entre as horas de um dia e as horas do dia seguinte, e será acrescido de% sobre a remuneração normal.

- a) 20; 4; 25; 22; 5; 25; 21; 5; 25; 21; 5; 25
- b) 22; 5; 20; 22; 5; 20; 22; 5; 20; 22; 5; 20
- c) 21; 5; 20; 22; 5; 20; 20; 4; 25; 22; 4; 20
- d) 20; 4; 25; 22; 5; 20; 20; 5; 25; 21; 5; 25

48. Leia os enunciados e, em seguida, responda:

I. Quando houver dúvidas sobre o pagamento das verbas rescisórias, cabe ao empregador, incluído o Poder Público quando se submete às normas celetistas, pagar em primeira audiência, a parte incontroversa dessas verbas sob pena de pagar com multa de 50%.

II. Regra geral, a remuneração do empregado deve ser paga com intervalo de, no máximo, trinta dias, a exceção são as comissões que poderão ser pagas em prazo maior. Neste caso, mesmo com a dispensa do empregado e a inexecução involuntária do negócio pela empresa, subsistirá o direito obreiro às comissões.

III. A gorjeta, assim considerada a parcela paga pelo cliente ao empregado, bem como aquela cobrada pelo estabelecimento na nota de serviços, integram a remuneração do empregado para todos os fins legais, inclusive para cálculo de hora extra e adicional noturno.

IV. Integram o salário para todos os fins legais as comissões, abonos e gratificações e com relação às diárias de viagens e ajudas de custo, estas serão incluídas se ultrapassarem a cinquenta por cento do salário percebido pelo empregado.

- a) são verdadeiras II e IV
- b) são verdadeiras II e III
- c) são verdadeiras I, III e IV
- d) são verdadeiras I, II e IV

49. Conforme entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, sobre o prazo prescricional para cobrança de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, é correto afirmar que:

- a) Inicia-se o prazo da data da opção ao regime, respeitado o limite de trinta anos

para cobrança das contribuições.

b) Inicia-se o prazo da extinção do contrato de trabalho, respeitado o limite de trinta anos para cobrança das contribuições.

c) É de cinco anos, até o limite de dois anos após a extinção do contrato.

d) É de dois anos após a extinção do contrato de trabalho, podendo cobrar as contribuições dos últimos trinta anos.

50. Considere as afirmações sobre duração do trabalho:

I - A jornada especial de seis horas de trabalho dos bancários também se aplica aos empregados de portaria, vigilantes, telefonistas e serventes empregados em bancos.

II - Os trabalhos em turnos de revezamento são aqueles em que grupos de empregados se sucedem em um equipamento ou posto de trabalho sem solução de continuidade em jornada de seis horas. Por conta disso, torna-se incompatível a interrupção das atividades para repouso.

III - O descanso entre uma jornada e outra deve ser de, no mínimo, onze horas consecutivas. Há determinadas atividades que além dos intervalos obrigatórios possuem descansos especiais que não são deduzidos da jornada, de que são exemplos os digitadores.

Indique a alternativa válida:

a) Todas as afirmativas estão corretas

b) Apenas a afirmativa III está correta

c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas

d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas

51. Sobre os acordos e as convenções coletivas é correto afirmar que:

a) As cláusulas não integram os contratos individuais de trabalho a ponto de gerar o direito adquirido, salvo se referida cláusula for prorrogada por mais de cinco anos.

b) Segundo a CLT há que se respeitar a hierarquia da convenção sobre o acordo coletivo, salvo nos casos em que o diploma negocial de menor amplitude contiver cláusulas mais favoráveis ao trabalhador.

c) A lei trabalhista fixa prazo mínimo de dois anos de vigência dos instrumentos coletivo, podendo, na oportunidade de sua renovação, ser prorrogado por mais dois anos.

d) O fato da categoria não estar organizada em sindicato, não lhe retira o direito de firmar os instrumentos normativos devido ao princípio da autonomia privada coletiva. Todavia, a confederação e, na falta desta, a federação, serão partes legítimas para firmá-los.

52. Considere os enunciados abaixo:

a) A reversão daqueles que ocupam cargo de confiança não é autorizada, a

menos que ocorra antes de completados cinco anos na função.

b) O adolescente aprendiz não poderá firmar acordo de compensação de jornada, salvo já tiver completado o ensino fundamental.

c) Os planos de previdência privada pagos pela empresa aos seus empregados não integram a remuneração para todos os fins legais.

d) O adicional de insalubridade será pago sobre o salário base sem os acréscimos legais e será suspenso quando a empresa adotar medidas que neutralizem o agente insalubre.

Assinale a opção correta:

a) V, F, V, F

b) F, F, V, F

c) F, V, F, F

d) V, V, F, F

53. Pelo princípio da norma mais favorável, aplicável ao direito do trabalho, havendo duas ou mais normas jurídicas trabalhistas sobre a mesma matéria, será hierarquicamente superior, e portanto aplicável ao caso concreto, a que oferecer maiores vantagens ao trabalhador, dando-lhe condições mais favoráveis. Todavia, esse princípio possui exceções. A saber:

I - na hipótese das leis proibitivas do Estado;

II - quando a norma decorre de negociações coletivas para dar atendimento a situações emergenciais;

III - nas cláusulas normativas que cedem à necessidade de flexibilização, pactuando reduções transitórias de direitos dos trabalhadores;

IV - quando o conflito de leis ocorrer entre norma de origem profissional e norma estatal, hipótese em que prevalece esta.

Responda:

a) - Todas as opções acima atendem ao enunciado da questão.

b) - Somente a opção IV não atende ao enunciado da questão.

c) - Somente a opção I atende ao enunciado da questão.

d) - As opções I e II atendem ao enunciado da questão, enquanto que as opções III e IV não atendem ao enunciado da questão.

Direito Processual do trabalho

54. Analise as sentenças abaixo e em seguida, responda corretamente:

I - Os conflitos de jurisdição podem ocorrer entre Varas do Trabalho e Juízes de Direito investidos de jurisdição trabalhista, entre Tribunais Regionais do Trabalho e entre Juízos e Tribunais do Trabalho e órgãos da Justiça Ordinária.

II - As questões sobre competência que não forem resolvidas por meio da exceção poderão se valer do conflito de jurisdição, desde que seja suscitado após a exceção.

III - Apenas os juízes, Tribunais do Trabalho, partes ou seus representantes poderão suscitar o conflito de jurisdição, oportunidade em que produzirão as provas da existência do mesmo.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas II e III estão corretas
- d) Apenas a afirmativa I está correta.

55. Com relação aos embargos de declaração, é correto afirmar que:

- a) Podem ter efeito modificativo apenas nos casos de omissão no julgado e manifesto equívoco no exame dos pressupostos extrínsecos do recurso.
- b) Os embargos suspendem o prazo para interposição de outro recurso. Vale dizer que a contagem do prazo recomeça a correr da data da ciência da decisão dos embargos.
- c) O prazo para embargos em face das decisões dos Tribunais é de oito dias conforme uniformização dos prazos recursais nesta instância.
- d) A CLT prevê, além dos embargos declaratórios cujo prazo é de cinco dias, o recurso de embargos no Tribunal Superior, com prazo de oito dias.

56. Sobre fase de alienação de bens no processo trabalhista é correto afirmar que:

- a) - A adjudicação e a arrematação somente se tornam perfeitas e irrefutáveis após a assinatura do auto, este que por sua vez deverá ser assinado apenas depois de comprovado o pagamento total.
- b) - Em nome do princípio da execução menos onerosa ao devedor, pode o executado, a qualquer momento, remir a execução pagando o valor da condenação com juros e correção para impedir a expropriação de seus bens.
- c) - O executado poderá propor embargos à alienação antes da adjudicação podendo, apenas, alegar que a execução é nula ou que a dívida já foi paga.
- d) - O exeqüente poderá adjudicar os bens como pagamento de sua dívida, pois a CLT lhe dá preferência, oportunidade em que deverá oferecer o maior lance.

57. São características do rito sumaríssimo:

- a) O recurso de revista somente será admitido por violação direta da Constituição Federal.
- b) As testemunhas, no máximo duas, só serão intimadas quando a parte demonstrar que efetivamente fez o convite e aquelas deixaram de comparecer.

- c) Quando necessária perícia técnica, do laudo se dará vistas às partes, por cinco dias, a começar pelo reclamante.
- d) A sentença não dispensará o relatório, mas deverá trazer breve resumo dos fatos.

58. Considerando os enunciados abaixo:

I. O prazo para apresentar reclamação trabalhista em casos de inquérito para apuração de falta grave é de 30 dias, a contar da suspensão do empregado estável.

II. O prazo prescricional de dois anos para propositura da ação trabalhista será interrompido a partir da tentativa frustrada de acordo perante a comissão de conciliação prévia.

III. O prazo para o arrematante pagar o valor da arrematação é de vinte e quatro horas, sob pena de perder o sinal dado como garantia.

Assinale a resposta correta:

- a) - Apenas a III está errada.
- b) - I e II estão erradas.
- c) - II e III estão erradas.
- d) Apenas a II está errada.

59. No tocante às nulidades, é correto afirmar que:

- a) - Serão declaradas sempre que houver manifesto prejuízo financeiro às partes litigantes.
- b) - Serão declaradas apenas por provocação das partes, exceto nos casos fundados em incompetência em razão do lugar.
- c) - Serão declaradas quando argüida por quem lhe tiver dado causa, a menos que seja possível suprir-se a sua falta.
- d) - A nulidade do ato prejudicará apenas os dele dependentes e conseqüentes.

60. Observe as alternativas abaixo, à luz da lei e do entendimento do C. TST:

I - É requisito do Recurso Ordinário interposto contra decisão proferida em sede de mandado de segurança o pagamento das custas.

II - O prazo para comprovação do pagamento das custas, na hipótese de interposição de recurso ordinário, sempre a cargo da parte, é de cinco dias contados de seu recolhimento.

III - Caracteriza a deserção quando a empresa em liquidação extrajudicial que não efetua o pagamento das custas ou do depósito para a garantia do seu recurso.

IV - Se em julgamento de recurso a condenação for acrescida, não haverá deserção do novo recurso se o juiz não calcular o seu valor e a parte não for intimada para o seu recolhimento.

Responda:

- a) - Todas as alternativas estão corretas.
- b) - Somente a alternativa I está correta.
- c) - Somente a alternativa III está incorreta.
- d) - As alternativas I e II estão corretas e as alternativas III e IV estão incorretas.

Direito Tributário

61. Julgue e registre nos parênteses V, para o enunciado verdadeiro, e F, para o enunciado falso, assinalando, em seguida, a alternativa que represente o resultado encontrado:

() O princípio da não cumulatividade aplicável ao ICMS significa que o contribuinte poderá descontar, do valor devido em cada operação de circulação de mercadorias, o montante do tributo cobrado em operações anteriores.

() O princípio da reserva legal não incide sobre os casos de concessão de isenções e anistias.

() O princípio da anterioridade, segundo o qual é vedado aumento da carga tributária no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei majorativa aplica-se a todos os tributos, inclusive as contribuições sociais.

() O princípio da tipicidade tributária, explicitado na própria Constituição Federal, decorre do princípio da estrita legalidade, e determina que ao criar a norma tributária deve o legislador definir de modo taxativo e completo as situações necessárias e suficientes para o nascimento da obrigação tributária.

- a) V; F; F; V
- b) V; V; V; V
- c) F; V; V; V;
- d) F; V; V; F

62. Analise as afirmações abaixo e depois responda:

I - O artigo 173 do CTN, que trata dos prazos que a Fazenda Pública tem para constituir o crédito tributário traz uma regra de decadência em seu inciso I, e outra de prescrição no inciso II.

II - O artigo 150, § 4º trata de regra específica de decadência, aplicável somente aos tributos sujeitos à lançamento por homologação, estabelecendo prazo de 5 anos a partir do primeiro dia do ano seguinte ao fato gerador para a constituição do crédito tributário pela Fazenda.

III - Diversamente das normas de direito privado, em Direito Tributário é possível a interrupção do prazo decadencial, a teor do que dispõe o inciso II do artigo 173 do CTN.

Com relação às afirmativas acima, é correto dizer que:

- (a) todas as alternativas estão erradas
- (b) as alternativas II e III estão corretas

- (c) somente a alternativa III está correta
- (d) as alternativas I e III estão erradas

63. Dadas as seguintes assertivas, assinale a alternativa correta:

I - A União poderá tributar as rendas pagas pelos Estados, Distrito Federal e Municípios em níveis superiores aos que fixar para as rendas que ela própria venha a pagar.

II - Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão dar tratamento tributário diferenciado a bens de qualquer natureza, dependendo da origem destes bens.

III - A União não pode intrometer-se na competência dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

IV - A União está proibida de conceder isenções relativas a tributos que não sejam de sua competência.

As afirmativas acima estão, respectivamente:

- a) errada, errada, certa e certa;
- b) certa, certa, certa e errada;
- c) certa, certa, errada e certa;
- d) errada, errada, errada e certa.

64. Julgue e responda:

() Entidades não estatais, como o SENAI e o SENAC, por exemplo, podem ter o poder de tributar, desde que a lei lho conceda.

() A competência tributária pode ser transferida, mediante lei, para entidade estatal distinta ou para pessoa jurídica não estatal.

() O poder de expedir normas sobre tributos incumbe primariamente a quem tenha competência para instituí-los.

Marque com F a assertiva falsa, e com V a verdadeira. Em seguida, escolha, entre as opções abaixo, a que contém a seqüência correta.

- a) V, V, V
- b) V, V, F
- c) V, F, F
- d) F, F, V

65.

1. As normas que tratam de isenção estão sujeitas a _____.
2. As normas que tratam de moratória estão sujeitas a _____.
3. As normas que dizem interpretar outras, da mesma fonte, são de ____.

Observe, entre as alíneas w, x, y e z, quais as que, à luz do Código Tributário Nacional, preenchem corretamente, e com explicação plausível, as lacunas acima, e, em seguida, marque a opção que contém, na devida seqüência, as alíneas

respectivas.

- w) interpretação extensiva, em atenção ao princípio favorabilia amplianda;
- x) interpretação extensiva, em atenção a que a regra geral não deve ser restringida pelo intérprete;
- y) interpretação retroativa, porque não tem caráter de inovação do sistema jurídico;
- z) interpretação literal, em atenção a que a regra geral é a tributação e exceções não se interpretam extensivamente;

- a) w, w, y
- b) w, x, z
- c) z, x, w
- d) z, z, y

Direito Administrativo

66. O ajuste realizado entre duas Pessoas Jurídicas de Direito Público, ou entre uma Pessoa Jurídica de Direito Público e outra de Direito Privado, cujo objeto envolve os interesses de ambas as partes em prol do chamado interesse público comum, diz respeito a:

- a) Contrato administrativo.
- b) Convênio administrativo.
- c) Consórcio.
- d) Contrato administrativo parcialmente regido por normas de direito privado.

67. Considerando que em uma dada rodovia estadual entregue à exploração da iniciativa privada, em regime de concessão, cujo custeio se dá mediante pedágio (tarifa), haja um elevado número de acidentes automobilísticos. Na hipótese da “autarquia” Departamento Estadual de Estradas de Rodagem desejar contratar uma empresa de engenharia para elaboração de estudos sobre o assunto, é correto afirmar:

- a) - O processo de licitação será prescindível, pois como a rodovia encontra-se privatizada, caberá apenas aplicar as normas pertinentes ao regime de direito privado.
- b) - O processo de licitação será sempre imprescindível, haja vista a exigência prévia do certame quando se está diante da concessão de uso de bem público.
- c) - Poderá contratar, de forma direta, ocasião em que o certame será prescindível, na hipótese incontroversa da contratação recair sobre empresa com notória especialização para realizar serviço de natureza singular.
- d) - Deverá sempre selecionar a empresa a ser contratada, obrigatoriamente, mediante prévia licitação, visto tratar-se de pessoa jurídica de direito público.

68. Em Cuiabá um edifício foi construído além das prescrições determinadas na

licença para edificar, expedida com fundamento na lei de zoneamento. O transbordamento do comando jurídico legalmente expedido pela Prefeitura, por parte do particular interessado, gera uma mácula passível de controle por parte da Administração Pública sob a forma de:

- a) - Invalidação da licença urbanística.
- b) - Revogação da licença urbanística.
- c) - Cassação da licença urbanística.
- d) - Convalidação da licença urbanística.

69. Sobre o recurso administrativo hierárquico impróprio é correto afirmar:

- a) - O recurso administrativo interposto de uma decisão administrativa proferida pelo inferior hierárquico, para que a controvérsia seja reexaminada pela autoridade superior dentro da mesma pessoa jurídica, desde que haja previsão legal.
- b) - Os recursos interpostos contra as decisões administrativas que deixaram de observar a cláusula do devido processo legal aos processos administrativos, tal como determina o texto constitucional.
- c) - O recurso administrativo interposto de uma decisão administrativa proferida por um agente pertencente à Pessoa Jurídica da Administração Indireta, para que a controvérsia seja reexaminada pela autoridade administrativa da Administração Direta, desde que haja previsão legal.
- d) - O recurso administrativo interposto de uma decisão administrativa proferida por um agente pertencente à Pessoa Jurídica da Administração Direta, para que a controvérsia seja reexaminada pela autoridade administrativa da Administração Indireta, desde que haja previsão legal.

70. Sobre o regime jurídico dos agentes públicos é correto afirmar:

- a) - As funções de confiança são exercidas exclusivamente pelos ocupantes dos cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e de livre exoneração por parte da autoridade administrativa competente.
- b) - A idade máxima para o exercício do mandato de Vereador é 70 anos, haja vista o limite de idade previsto para a aposentadoria compulsória.
- c) - Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor público que já adquiriu sua estabilidade perceberá, em qualquer hipótese, a remuneração integral correspondente ao mesmo.
- d) - As funções de confiança são exercidas exclusivamente pelos ocupantes de cargo efetivo.

71. Assinale a resposta ERRADA. A Política Estadual de Meio Ambiente, introduzida em nosso Estado (MT) pela Lei Complementar n.º 38/1995, observando princípios de uso racional dos recursos naturais, apresenta por instrumentos:

- a) - Zoneamento;
- b) - Licenciamento;

- c) - Medidas diretivas que promovam a melhoria, conservação, preservação ou recuperação do meio ambiente;
- d) - Licitação.

Direito Ambiental

72. A Política Nacional de Recursos Hídricos traz novas perspectivas para a gestão e proteção da água. Observe as assertivas abaixo e assinale a correta:

- I. A água é considerada um bem de domínio público.
- II. A dominialidade da água divide-se entre o Poder Público (União, Estados e Municípios) e o particular.
- III. A dominialidade da água divide-se entre a União e os Estados.

- a) - Apenas a assertiva I está correta.
- b) - As assertivas I e III estão corretas.
- c) - As assertivas II e III estão corretas.
- d) - As assertivas I e II estão corretas.

73. A responsabilidade penal da pessoa jurídica é prevista constitucionalmente para:

- a) - Crime econômico;
- b) - Defesa do consumidor;
- c) - Defesa do meio ambiente;
- d) - Danos causados pelo Poder Público.

74. O desastre ambiental provocado pela fábrica de papel Cataguazes em Minas Gerais, que contaminou os rios Pomba no Estado do Rio de Janeiro e outros rios da região Sudeste provocando o desabastecimento de diversas cidades, pode ensejar a proposição de Ação Civil Pública, a qual deverá ser interposta:

- a) Somente na comarca matriz do agente poluidor.
- b) Somente na comarca da capital do Estado em que o agente poluidor tenha sede, mesmo não sendo esta atingida pelo dano.
- c) - Somente nas comarcas do Estado do Rio de Janeiro.
- d) - Perante a Justiça Federal, em função de se ter atingido mais de uma Unidade da Federação.

75. No Brasil, o órgão encarregado de estabelecer normas e padrões nacionais quanto aos veículos automotores é:

- a) - FEMA
- b) - IBAMA

- c) - SEMA
- d) - CONAMA.

Direito Comercial

76. Nesta questão, julgue (V) para o conjunto VERDADE e (F) para o conjunto que contenha um elemento FALSO ou mais, assinalando, em seguida, a alternativa que represente a seqüência correta:

Uma ação representa a menor parcela do capital social de uma sociedade por ações e, consoante a legislação brasileira pode ser:

- () ordinária nominativa, preferencial escritural, preferencial nominativa.
- () preferencial nominativa, ordinária escritural, preferencial ao portador.
- () ordinária escritural, preferencial escritural, preferencial nominativa.
- () preferencial ao portador, ordinária escritural, preferencial escritural.
- () preferencial escritural, ordinária nominativa, ordinária escritural.

- a) V, F, V, F, V
- b) F, F, F, V, F
- c) F, V, F, V, F
- d) V, V, F, F, F

77. Caracteriza-se a falência se o comerciante:

I - realiza alienação de parte ou da totalidade do seu ativo;

II - dá garantia real a algum credor;

III - convoca credores e lhes propõe a dilação, remissão de créditos ou cessão de bens;

IV - procede a liquidação precipitada.

Responda:

a) - Todas as opções acima atendem ao enunciado da questão.

b) - Somente a opção IV atende ao enunciado da questão.

c) - Somente a opção II não atende ao enunciado da questão.

d) - As opções I e II não atendem ao enunciado da questão, enquanto que as opções III e IV atendem ao enunciado da questão.

78. As sociedades comerciais reguladas pelo Código Comercial reputam-se dissolvidas:

I - expirado o prazo ajustado de sua duração;

II - por mútuo consenso de todos os sócios;

III - pela vontade de um dos sócios, sendo a sociedade celebrada por tempo indeterminado;

IV - pela morte de um dos sócios, salvo convenção em contrário a respeito dos que sobreviverem.

Responda:

- a) - Todas as assertivas estão corretas.
- b) - Somente a assertiva I está correta.
- c) - Somente a assertiva IV está incorreta.
- d) - As assertivas I e II estão corretas e as assertivas III e IV estão incorretas.

79. Sobre o aval

- Em sua classificação geral, confunde-se com a fiança;
- O aval prescinde de outorga uxória;
- Garante o pagamento de título de crédito ou de contrato e pode ser parcial ou total;
- Garante o pagamento de título de crédito e pode ser parcial ou total;

- a) F, V, V, V
- b) V, V, V, V
- c) F, F, F, V
- d) F, V, F, V

80. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

- a) As Sociedades de Fomento Mercantil - *Factoring* não são consideradas entidades financeiras e sim mercantis, porém, embora regulamentadas pelo Banco Central, não estão sujeitas à fiscalização dessa Autarquia.
- b) As Sociedades de Fomento Mercantil - *Factoring* são equiparadas às entidades financeiras, sendo regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários e sujeitas à fiscalização do Banco Central.
- c) As Sociedades de Fomento Mercantil - *Factoring* são equiparadas às entidades financeiras, estando sujeitas à regulamentação do Banco Central e fiscalização do Comissão de Valores Mobiliários.
- d) As Sociedades de Fomento Mercantil - *Factoring* não são consideradas entidades financeiras e sim mercantis, não sendo fiscalizadas nem regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários ou pelo do Banco Central.



QUESTÃO RESPOSTA

001: D	002: D	003: C	004: B
005: A	006: C	007: A	008: D
009: D	010: A	011: C	012: B
013: C	014: D	015:TODAS	016: A
017: D	018: D	019: A	020: D
021: D	022: A	023: D	024: D
025: D	026: D	027: A	028: A
029: C	030: D	031: A	032: B
033: B	034: A	035:TODAS	036: B
037: B	038:TODAS	039: C	040: D
041: B	042: A	043: C	044: C
045: B	046: C	047: D	048: A
049: D	050: B	051: B	052: B
053: B	054: D	055: D	056: A
057: B	058: D	059: D	060:TODAS
061: A	062: C	063: A	064: D
065: D	066: B	067: C	068: C
069: C	070: D	071: D	072: B
073: C	074: D	075: D	076: A
077:TODAS	078: A	079: D	080: D